

NFS-e - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA			
Nº:2021/11	Emitida em: 04/05/2021 às 14:06:45	Competência: 04/05/2021	Código de Verificação: f79cdcea
CARVALHO E BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS CPF/CNPJ: 33.507.928/0001-16 Inscrição Municipal: 1147754/001-0 AVE DOS BANDEIRANTES, 74, APT 302, Sion - Cep: 30315-422 Belo Horizonte MG Telefone: Email:			
Tomador do(s) Serviço(s)			
CPF/CNPJ: 025.051.016-20		Inscrição Municipal: Não Informado	
FREDERICO BORGES DA COSTA PRAÇA CARLOS CHAGAS, 49, 901, SANTO AGOSTINHO - Cep: 30120-020 Belo Horizonte MG Telefone: Não Informado Email: Não Informado			
Discriminação do(s) Serviço(s)			
CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA NO MÊS 04/2021			
Valor aproximado dos tributos: 6,5%			
Código de Tributação do Município (CTISS) 1714-0/01-88 / Advocacia			
Subitem Lista de Serviços LC 116/03 / Descrição: 17.14 / Advocacia.			
Cod/Município da incidência do ISSQN: 3106200 / Belo Horizonte		Natureza da Operação: Tributação no município	
Regime Especial de Tributação: ME ou EPP do Simples Nacional			
Valor dos serviços:	R\$ 8.000,00	Valor dos serviços:	R\$ 8.000,00
(-) Descontos:	R\$ 0,00	(-) Deduções:	R\$ 0,00
(-) Retenções Federais:	R\$ 0,00	(-) Desconto Incondicionado:	R\$ 0,00
(-) ISS Retido na Fonte:	R\$ 0,00	(=) Base de Cálculo:	R\$ 8.000,00
Valor Líquido:	R\$ 8.000,00	(x) Alíquota:	-
		(=) Valor do ISS:	-
Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.			
	Prefeitura de Belo Horizonte - Secretaria Municipal de Fazenda Rua Espírito Santo, 605 - 3º andar - Centro - CEP: 30160-919 - Belo Horizonte MG. Dúvidas: SIGESP		

Este documento foi assinado digitalmente por Luciana Antonia Barbosa.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 2229-0461-178F-8E3E.

RECIBO

Recebi de Frederico Borges da Costa, Deputado Federal Fred Costa, inscrito no CPF sob o nº 025.051.016-20, a quantia de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Os valores são relativos aos serviços de consultoria e assessoria jurídica prestados do dia 01 de abril de 2021 a 30 de abril de 2021, atestado pela Nota Fiscal nº 11/2021, nos termos do contrato celebrado entre as partes e especialmente conforme abaixo:

- ✓ Acompanhamento da tramitação dos Projetos de Leis de autoria do Deputado Fred Costa na Câmara Federal de nºs: PL 61/2019, PL 2717/2019, PL 45/2019, PL 46/2019, PL 50/2019, PL 59/2019, PL 54/2019, PL 44/2019, PL 43/2019, PL 56/2019, PL 60/2019, PL 51/2019, PL 57/2019, PL 41/2019, PL 710/2019, PL 62/2019, PL 42/2019, PL 753/2019, PL 58/2019, PL 48/2019, PL 49/2019, PL 53/2019, PL 47/2019, PL 2031/2019, PL 4254/2019, PL 4898/2019, PL 4940/2019, PL 4964/2019, PL 4841/2019, PL 5400/2019, PL 6072/2019, PL 6243/2019, PL 6319/2019, PL 6461/2019, PL 6494/2019, PL 1161/2020, PL 1115/2020, PL 1527/2020, PL 2297/2020, PL 2397/2020, PL 2730/2020, PL 2938/2020, PL 4102/2020, PL 4103/2020, PL 4206/2020, PL 4438/2020, PL 5291/2020, PL 5292/2020, PL 5481/2020, PL 582/2021, PL 1068/2021, PL 1067/2021, PL 1355/2021, PL 1494/2021, PL 1495/2021.

- ✓ Acompanhamento da tramitação da Proposta de Emenda a Constituição - PEC nº 200/2019 de autoria do Deputado Fred Costa e outros.

Este documento foi assinado digitalmente por Luciana Antonia Barbosa.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 2229-0461-178F-8E3E.

- ✓ Acompanhamento da tramitação dos Projetos de Leis de autoria do Deputado Fred Costa na Assembleia Legislativa de Minas Gerais de nºs: PL 5083 2018, PL 4915 2018, PL 4451 2017, PL 4262 2017, PL 4063 2017, PL 3418 2016, PL 3416 2016, PL 3415 2016, PL 3414 2016, PL 3412 2016, PL 3403 2016, PL 3265 2016, PL 2930 2015, PL 2855 2015, PL 2854 2015, PL 2843 2015, PL 2835 2015, PL 2717 2015, PL 2170 2015, PL 1700 2015, PL 1481 2015, PL 1325 2015, PL 1306 2015, PL 1305 2015, PL 1287 2015, PL 1233 2015, PL 925 2015, PL 854 2015, PL 814 2015, PL 801 2015, PL 558 2015, PL 526 2015, PL 512 2015, PL 511 2015, PL 506 2015, PL 490 2015, PL 468 2015, PL 369 2015, PL 343 2015, PL 337 2015, PL 335 2015, PL 325 2015, PL 322 2015, PL 247 2015, PL 207 2015, PL 198 2015, PL 197 2015, PL 182 2015, PL 181 2015, PL 131 2015, PL 130 2015, PL 109 2015, PL 105 2015, PL 96 2015, PL 87 2015, PL 86 2015, PL 80 2015, PL 69 2015, PL 66 2015, PL 65 2015, PL 57 2015, PL 52 2015, PL 21 2015, PL 20 2015.

- ✓ Estudo técnico jurídico para apresentação do PL 1495/2021, de autoria do Deputado Fred Costa que *“Tipifica como crime de maus-tratos a utilização de coleiras antilatido, antimordida, enforcadores e afins.”*

- ✓ Estudo técnico jurídico para apresentação do PL 1355/2021, de autoria do Deputado Fred Costa que *“Veda que práticas cruéis contra animais sejam classificadas como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.”*

- ✓ Estudo técnico jurídico para apresentação do PL 1494/2021, de autoria do Deputado Fred Costa que *“Tipifica a prática de zoofilia como crime de maus-tratos.”*
- ✓ Acompanhamento da votação do PL 1161/2020, de autoria do Deputado Fred Costa e outros, na Câmara Federal, cujo resultado culminou na Redação Final nº 01, assinada pelo Relator Deputado Acácio Favacho.
- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 639/2021 que *“Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prorrogar o prazo para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020.”*
- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 976/2019 que *“Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de constar dos sistemas de registro de informações das Polícias Civil e Militar a concessão de medida protetiva de urgência prevista na referida Lei.”*
- ✓ Estudo Técnico jurídico do Veto Parcial nº 08/2019 aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2008 (oriundo da Medida Provisória nº 441/2008).
- ✓ Estudo Técnico jurídico do Veto Parcial nº 56/2019 aposto ao Projeto de Lei nº 6.341, de 2019 (nº 10.372/2018, na Câmara dos Deputados), que *“Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal”*.

- ✓ Estudo Técnico jurídico do Veto Parcial nº 50/2020 aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2020 (oriundo da MPV nº 983/2020), que *"Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de "softwares" desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001"*.
- ✓ Estudo Técnico jurídico do Veto Parcial nº 01/2021 aposto ao Projeto de Lei nº 1.013, de 2020, que *"Suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), criado pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.671, de 15 de maio de 2003"*.
- ✓ Estudo Técnico jurídico do Veto Parcial nº 06/2021 aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, que *"Define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964"*.
- ✓ Estudo Técnico jurídico do PLN 02/2021 que *"Altera a Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021."*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 5595/2020 que *“Reconhece a educação básica e a educação superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais e estabelece diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 795/2021 que *“Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc), para estender a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e para prorrogar o prazo de utilização de recursos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico da PL 5114/2019 que *“Institui o Dia Nacional da Criança Traqueostomizada.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico da MPV 1017/2020 que *“Define as diretrizes para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais e para o desinvestimento, a liquidação e a extinção dos fundos.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico da MPV 1016/2020 que *“Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para dispor sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); e dá outras providências.”*

Através do presente, outorgo geral e plena quitação da quantia mencionada e recebida.

Belo Horizonte, 04 de maio de 2021.

Carvalho e Barbosa Advogados Associados - CNPJ: 33.507.928/0001-16

Sócia Administradora Luciana Antônia Barbosa – OAB/MG: 120.733

Este documento foi assinado digitalmente por Luciana Antonia Barbosa.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 2229-0461-178F-8E3E.